



Ex.ma Senhora Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas  
Deputada Emília Cerqueira

**Assunto: Requerimento para Constituição do Grupo de Trabalho do Setor Vitivinícola**

De acordo com o estudo “Setor do Vinho – Avaliação de Impacto Socioeconómico em Portugal”.<sup>1</sup>, apresentado pela Associação de Vinhos e Espirituosas de Portugal (ACIBEV) e a Nova School of Business & Economics (NOVA SBE):

- O setor do vinho gerou 10.294 milhões em atividade económica total tendo em conta os impactos diretos, indiretos e induzidos;
- O setor do vinho gerou diretamente cerca de 3.000 milhões de euros em atividade económica, 861 milhões de euros em Valor Acrescentado Bruto (VAB) e 43.000 empregos;
- A Viticultura, em 2021, produziu diretamente 725,4 milhões de euros em atividade económica, aproximadamente 264,3 milhões de euros em VAB e criou 26.415 empregos;
- A Produção de Vinho, no mesmo ano, gerou cerca de 2.278 milhões de euros em atividade económica, 597 milhões de euros em VAB e 16.619 empregos.
- O setor do vinho tem um papel vital no desenvolvimento regional, na coesão territorial e na fixação da população nas áreas do interior do país, especialmente através da criação de postos de trabalho nessas regiões.
- O setor do vinho em termos de impacto, representa mais de 10% do VAB em 38 dos 278 municípios de Portugal Continental e é responsável por mais de 10% do emprego em 43 municípios de Portugal Continental.

---

1

[https://www.acibev.pt/multimedia/1/documentos/3186/Factsheet\\_Setor%20do%20Vinho\\_Logo\\_Economics%20for%20policy.pdf](https://www.acibev.pt/multimedia/1/documentos/3186/Factsheet_Setor%20do%20Vinho_Logo_Economics%20for%20policy.pdf)

O setor vitivinícola apresenta-se em permanente evolução: desde 1989 a área global de vinha no país passou de 275799 para 180360 ha, um decréscimo de 35% - Tabela I.

Tabela I - Evolução da Área Total de Vinha - Portugal (ha) - IVV

Região Vitivinícola	1989	1999	01/09/2004	31/07/2009	31/07/2014	31/07/2019	31/07/2022	31/07/2023
Verdes	38 349	39 638	32 881	31 010	27 432	23 999	24 371	23 147
Trás-os-Montes / Douro	76 695	72 746	68 455	68 765	66 914	56 115	53 167	53 643
Beiras	56 637	53 286	56 910	56 663	52 670	44 090	43 134	36 245
Tejo	28 124	23 532	20 238	18 743	15 653	12 517	12 847	11 847
Lisboa	46 046	38 750	25 339	24 799	22 425	19 287	19 869	17 857
Península de Setúbal	11 396	9 367	9 041	9 210	8 622	7 866	8 027	7 417
Alentejo	11 510	13 457	21 741	23 490	23 188	24 709	25 924	26 443
Algarve	2 750	1 933	2 098	1 983	1 773	1 404	1 442	1 355
Açores	2 489	1 700	1 700	1 700	1 700	1 708	1 708	1 737
Madeira	1 803	1 604	1 513	1 459	1 071	1 047	681	669
<b>Total Geral</b>	<b>275 799</b>	<b>256 013</b>	<b>239 917</b>	<b>237 821</b>	<b>221 448</b>	<b>192 743</b>	<b>191 170</b>	<b>180 360</b>

Fonte: <https://www.ivv.gov.pt/np4/10586.html>

No período de 2001 a 2023 o programa de Reestruturação e Reconversão de Vinhas, Vitis, beneficiou 49938 projetos, numa área de 100.065 ha, num montante global de investimento de 949.289.198€, Tabela II.

Tabela II - Evolução da medida Reestruturação e Reconversão da Vinha

REGIÃO VITIVINÍCOLA	TOTAL PAGO (2001 a 2023)		
	Nº de projetos	Área (ha)	Montante (€)
Verdes	11 936	13 850	137 931 020
Trás-os-Montes <sup>(1)</sup>	1 223	1 448	13 712 354
Douro	18 614	29 140	376 131 546
Beiras <sup>(2)</sup>	5 172	8 090	67 151 888
Lisboa	4 679	12 606	93 639 647
Tejo	2 111	6 114	45 774 314
Península de Setúbal	962	4 669	29 657 244
Alentejo	3 899	21 997	156 083 774
Algarve	158	530	3 718 092
Madeira	115	28	1 276 119
Açores	1 069	1 593	24 204 201
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>49 938</b>	<b>100 065</b>	<b>949 280 198</b>

<sup>(1)</sup> No período 2000 a 2008, TM está incluída na Região do Douro

<sup>(2)</sup> Desde 2018 a informação referente às regiões vitivinícolas de Távora-Varosa, Bairrada, Beira Interior e Dão é disponibilizada de forma desagregada como informação adicional. A linha referente às Beiras continua a conter a informação destas regiões para toda a série apresentada.

Fonte: <https://www.ivv.gov.pt/np4/9967.html>

Apesar da redução das áreas, a produção média total de vinho, ao longo dos últimos quinze anos, tem progressivamente aumentado, Tabela III, o que será o reflexo da reestruturação das vinhas e da introdução de novas conhecimentos e tecnologias.

Tabela III - Evolução da Produção Total por Região Vitivinícola (hl)

Região Vitivinícola	2009/2010 - 2013/2014	2014/2015 - 2018/2019	2019/2020 - 2022/2024
Verdes	810 234	806 154	897 432
T. Montes	107 443	86 588	100 390
Douro	1 440 971	1 413 087	1 517 983
Bairrada	275 247	226 348	193 443
Dão	321 597	262 177	258 784
Beira Interior	207 011	210 196	224 839
Távora-Varosa	56 851	56 209	52 570
Tejo	540 071	604 866	683 870
Lisboa	995 308	1 098 441	1 262 597
P. Setúbal	409 115	493 447	523 356
Alentejo	1 013 585	1 094 577	1 162 311
Algarve	16 001	13 507	15 072
Madeira	42 754	39 615	37 925
Açores	8 263	9 499	8 148
<b>Total</b>	<b>6 244 451</b>	<b>6 414 709</b>	<b>6 938 721</b>

Cálculos a partir de

<https://www.ivv.gov.pt/np4/163.html>

Em entrevista ao jornal Público, a 22 de abril, o Senhor Ministro da Agricultura e Pescas foi crítico em relação às ajudas à reestruturação das vinhas “*Tem-se andado a dar dinheiro para plantar vinha nova...*”, que “... há um stock de vinho e até agora já se gastou em destilação 60 milhões de euros...” admitindo que “já se deveria ter parado há muito os apoios para vinha nova.”, que “Terá de haver um travão...”.

Na sequência desta entrevista houve reações de diversas organizações ligadas ao setor em que apresentaram opiniões e soluções diversas:

- O presidente da Comissão Vitivinícola Regional Alentejana (CVRA), Francisco Mateus, considerou que o “*país não possui vinhas em excesso*”, recordou que “*as vinhas são plantadas por iniciativa dos empresários e dos produtores*”, que “*certamente farão as contas necessárias para chegarem à conclusão se devem ou não plantar mais nos terrenos.*”. Acrescentou que “... não temos vinhas a mais, nós podemos é, em determinados momentos, estar com um excesso de produção ou com um excesso de ‘stock’ que tem a ver com anos melhores em termos de produção, tem a ver também com a diminuição de vendas”.
- O dirigente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Pedro Santos, afirmou “*A nós parece-nos um bocado estranho falar já em travões ao apoio ao investimento e reestruturação. A análise de candidaturas ainda a decorre. Os projetos ainda vão ser executados até 2025 e depois é que se verá. Grande parte da verba, em 2025, pode*



*estar gasta. Se há algum problema de stocks ou excesso de produção ele não se resolverá pela falta de investimento no setor. Até é um bocado contraproducente falar nisso”.*

- Rui Soares, presidente da Associação dos Viticultores Profissionais do Douro (Prodouro), defende que, *“no atual estado das coisas, é necessário repensar as prioridades”,* notando que, *“se há uns anos, a prioridade do país era a reestruturação e a modernização das vinhas, ..., na conjuntura atual de aumento da inflação e dos custos de produção, e da diminuição do consumo de vinho em termos mundiais, é preciso ver se se deve continuar a investir os apoios comunitários no sentido do aumento da produção”.*
  
- A presidente da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes (CVRVV), Dora Simões, considerou que *“a Região Demarcada dos Vinhos Verdes - assim como todas as outras regiões demarcadas em Portugal - beneficiou, nos últimos anos, de uma reconversão das vinhas alicerçada no programa VITIS, que resultou em maior competitividade de inúmeros produtores, proporcionando-lhes a capacidade de se posicionarem com as suas marcas nos mercados internacionais”.* Dora Simões, levanta, ainda, a questão de *“como tenciona o Ministério da Agricultura redirecionar as verbas de apoio ao setor do vinho, uma vez que há outras necessidades como a Investigação e Desenvolvimento para combater os efeitos das alterações climáticas ou as doenças da vinha, a gestão regional dos recursos hídricos, assim como a necessidade de investimento na promoção nos mercados externos e a própria alavancagem essencial no mercado interno”.*
  
- A Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior (CVRBI) considerou que na região não há excesso de vinha e defendeu que os apoios devem continuar: *“Não creio que haja excesso de vinha na nossa região. Até porque, felizmente, tem havido uma procura por novas licenças e novas autorizações, e isso mostra que há aptidão para se plantar novas vinhas”,* disse presidente da CVRBI, Rodolfo Queirós. O dirigente salientou que a vitivinicultura é uma das atividades que suporta muita gente e que ajuda a fixar pessoas a este território, *“Por isso, eu penso que se deve continuar a apoiar a reestruturação da vinha, podendo ser outro modelo. Deve continuar-se a atribuir novas licenças e autorizações, porque nós também não podemos cortar as pernas a ninguém”.*

O Setor Vitivinícola desempenha um papel crucial na economia nacional, servindo como um importante motor para a sustentação das comunidades rurais e o ordenamento do território. Este setor proporciona emprego, oportunidades de investimento, estabilidade económica e sustentabilidade ambiental, pelo que se deverá defender e valorizar.



Face às reações das diversas entidades do setor, à entrevista do Senhor Ministro da Agricultura e Pescas, ao jornal Público, a 22 de abril, constata-se que não há unanimidade de opiniões nem os problemas são sentidos de igual forma por todas as regiões.

O Partido Socialista considera importante para o setor vitivinícola que a Assembleia da República acompanhe de perto esta situação.

Assim pelo exposto, e ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º-A o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) propõe a constituição de um Grupo de Trabalho sobre o Setor Vitivinícola, com o prazo mínimo de 120 dias, no âmbito das competências da Comissão de Agricultura e Pescas, com os seguintes objetivos:

- 1- Fazer uma avaliação concreta da situação atual do setor vitivinícola;
- 2- Avaliar as medidas e ações existentes;
- 3- Propor medidas adicionais.

O Grupo de Trabalho sobre o Setor Vitivinícola deverá apresentar um relatório final.

Palácio de São Bento, 10 de setembro de 2024

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista